BR Partners Banco de Investimento S.A.

CNPJ/MF nº 13.220.493/0001-17

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:
Submetemos à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras do BR Partners Banco de Investimento S.A., relativos ao semestre findo em 30 de junho de 2013, as quais seguem os dispositivos estabelecidos pelo Banco Central do Brasil.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativo	2013	2012
Circulante	225.031	132.102
Disponibilidades	2.188	8
Aplicações interfinanceiras de liquidez	67.415	19.685
Aplicações no mercado aberto (Nota 5)	67.415	19.685
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	147.628	110.624
Carteira própria (Nota 6)	115.685	110.624
Vinculados à prestação de garantias (Nota 6)	28.853	–
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 7)	3.080	–
Outros créditos	7.676	1.658
Diversos (Nota 8)	7.676	1.658
Outros valores e bens	124	127
Despesas antecipadas	124	127
Permanente	17.127	908
Investimentos	14.862	–
Participações em controlada no País	14.862	–
Imobilizado de uso	1.537	(383)
Outras imobilizações de uso	1.702	426
Depreciações acumuladas	(165)	(43)
Intangível	728	525
Ativos intangíveis	956	601
Amortizações acumuladas	(228)	(76)
Total do ativo	242.158	133.010

Passivo e patrimônio líquido	2013	2012
Circulante	84.409	1.024
Depósitos	10.607	–
Depósitos interfinanceiros (Nota 9)	10.607	–
Captações no mercado aberto	66.014	–
Carteira de terceiros (Nota 10)	66.014	–
Instrumentos financeiros derivativos	6.080	–
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 7)	6.080	–
Outras obrigações	1.708	1.024
Fiscais e previdenciárias (Nota 11 (a))	228	306
Diversas (Nota 11 (b))	1.480	718
Exigível a longo prazo	46.588	2.026
Depósitos	45.879	–
Depósitos a prazo (Nota 9)	45.879	–
Recursos de aceites e emissão de títulos	709	–
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares	709	–
Outras obrigações	–	2.026
Diversas (Nota 11 (b))	–	2.026
Patrimônio líquido	111.161	129.960
Capital social – domiciliados no País	127.750	127.750
Reservas de lucros	111	111
Lucros ou prejuízos acumulados	(16.700)	2.099
Total do passivo e patrimônio líquido	242.158	133.010

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO – SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2013	2012
Resultado da intermediação financeira	(2.105)	8.766
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	(2.381)	8.766
Resultado com instrumentos financeiros derivativos (Nota 7(e))	13	–
Resultado de operações de câmbio	263	–
Despesas da intermediação financeira	(3.635)	–
Operações de captação no mercado	(3.635)	–
Resultado bruto da intermediação financeira	(5.740)	8.766
Outras receitas (despesas) operacionais	(10.940)	(5.367)
Despesas de pessoal (Nota 16(b))	(5.170)	(1.928)
Outras despesas administrativas (Nota 16(a))	(5.492)	(3.367)
Despesas tributárias	(88)	(60)
Resultado de participações em controlada	(153)	–
Outras receitas operacionais	42	26
Outras despesas operacionais	(79)	(38)
Resultado operacional	(16.680)	3.399
Resultado não operacional	(1)	–
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	(16.681)	3.399
Imposto de renda e contribuição social (Nota 12)	(19)	(1.189)
Provisão para imposto de renda	(12)	(853)
Provisão para contribuição social	(7)	(336)
Lucro líquido/(prejuízo) do semestre	(16.700)	2.210
Número de ações	127.750	127.750
Resultado por ação no final do semestre – R$	(0,13072)	0,01730

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Capital social	Reserva legal	Lucros acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2011	125.000	–	2.345	127.345
Aumento de capital	2.750	–	–	2.750
Lucro líquido do semestre	–	–	2.210	2.210
Destinação do lucro líquido				
Reserva legal	–	111	(111)	–
Dividendos	–	–	(2.345)	(2.345)
Em 30 de junho de 2012	127.750	111	2.099	129.960
Em 31 de dezembro de 2012	127.750	111	–	127.861
Prejuízo do semestre	–	–	(16.700)	(16.700)
Em 30 de junho de 2013	127.750	111	(16.700)	111.161

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2013	2012
Fluxos de caixa de atividades operacionais		
Lucro líquido/(prejuízo) do semestre	(16.700)	2.210
Ajustes de receitas e despesas não envolvendo caixa		
Depreciações e amortizações	162	95
Resultado de participações em controladas	153	–
Lucro líquido/(prejuízo) ajustado	(16.385)	2.305
Variações de ativos e obrigações operacionais		
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(23.662)	15.263
Outros créditos	(5.731)	(86)
Outros valores e bens	(74)	(126)
Outras obrigações	(3.650)	1.971
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	(49.502)	19.327
Atividades de investimento		
Aquisição de investimentos	(15.015)	–
Aquisição de imobilizado	(1.033)	(50)
Aquisição no ativo intangível	(184)	(6)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(16.232)	(56)
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	–	2.750
Emissão de depósitos interfinanceiros e a prazo	56.486	–
Aumento em captações no mercado aberto	66.014	–
Aumento em recursos de aceites e emissão de títulos	709	–
Dividendos pagos	–	(2.345)
Recursos destinados a partes relacionadas	–	(20)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	123.209	385
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	57.475	19.656
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	12.128	37
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	69.603	19.693
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	57.475	19.656

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2013

Em milhares de reais

1. **Contexto operacional**
O BR Partners Banco de Investimento S.A. ("Banco", "Banco BR Partners" ou "Instituição"), anteriormente denominado BR Partners Investimentos e Novos Negócios Ltda., tem por objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes à carteira de investimento e câmbio. O Banco BR Partners é constituído sob a forma de sociedade por ações e domiciliado no Brasil, sendo controlado diretamente pela BR Partners Participações Financeiras Ltda. e indiretamente pela BR Advisory Partners Participações S.A. As operações são conduzidas no conjunto das empresas integrantes do grupo BR Partners. A matriz do Banco está localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3355, na cidade de São Paulo.
Em 30 de abril de 2012, através da Ata da Assembleia de Sócios, foi aprovado o Protocolo e Justificação de Cisão Parcial e Incorporação do Acervo Líquido do Banco Porto Seguro S.A. ("BPS") pelo Banco BR Partners, em sequência ao processo de aquisição pela BR Partners Participações Financeiras Ltda. das atividades privativas de instituições financeiras realizadas pelo BPS. Nessa mesma data e com efeito a partir do dia 28 de abril de 2012 foi aprovada a alteração do tipo jurídico da Instituição, de sociedade limitada para sociedade por ações, bem como sua denominação, de BR Partners Investimentos e Novos Negócios Ltda. para BR Partners Banco de Investimento S.A.
Em 8 de junho de 2012, o Banco Central do Brasil (BACEN) autorizou o funcionamento da instituição, aprovando a transformação em banco de investimento e a realização de operações no mercado de câmbio.
A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 21 de agosto de 2013.

2. **Apresentação das demonstrações financeiras**
As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, associadas às normas e instruções do BACEN e Conselho Monetário Nacional (CMN).
Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Instituição podem incluir, portanto, provisões necessárias para passivos contingentes, determinações de provisões para imposto de renda, ajuste a valor de mercado dos instrumentos financeiros e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.
O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porem nem todos homologados pelo CMN.
Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BACEN são:
- CPC – "Pronunciamento Conceitual Básico" (R1) – homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12;
- CPC 01 (R1) – "Redução ao Valor Recuperável de Ativos" – homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
- CPC 03 (R2) – "Demonstrações dos Fluxos de Caixa" – homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08;
- CPC 05 (R1) – "Divulgação Sobre Partes Relacionadas" – homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09;
- CPC 10 (R1) – "Pagamento Baseado em Ações" – homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;
- CPC 23 – "Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro" – homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11;
- CPC 24 – "Evento Subsequente" – homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11;
- CPC 25 – "Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes" – homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09.

Atualmente não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC, nem tampouco se a utilização dos mesmos será de forma prospectiva e retrospectiva para as demonstrações financeiras.

3. **Principais práticas contábeis**
(a) Apuração do resultado
O resultado é apurado pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.
(b) Caixa e equivalentes de caixa
O caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações interfinanceiras de liquidez, com vencimentos de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor, que são utilizados pela Corretora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.
(c) Aplicações interfinanceiras de liquidez
As aplicações interfinanceiras de liquidez são avaliadas pelo custo de aquisição, atualizado pelas rendas auferidas até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.
(d) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos
Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo custo de aquisição e ajustados a valor de mercado, apresentados no balanço patrimonial conforme a Circular nº 3.068 do BACEN, sendo classificados de acordo com a intenção da administração na categoria de "Títulos para negociação", relativa a títulos adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, apresentados no ativo circulante independente de suas datas de vencimento e avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.
Os ganhos e perdas realizados e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos no resultado. Os instrumentos financeiros derivativos são classificados na data de aquisição, de acordo com a intenção da administração, em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não, conforme a Circular nº 3.082/02 do BACEN, e referem-se a operações de *swaps*, operações a termo de moeda e operações de futuros. Em 30 de junho de 2013, tais instrumentos estão classificadas na categoria de instrumentos financeiros derivativos não considerados como *hedge* contábil, sendo assim avaliados a mercado em contrapartida às contas de resultado do período.
(e) Permanente
(i) Investimentos: A participação em controlada está avaliada pelo método de equivalência patrimonial.
(ii) Imobilizado de uso: Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens, sendo móveis, instalações e equipamentos de comunicação (10% ao ano) e sistema de processamento de dados (20% ao ano).
(iii) Intangível: Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Banco ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados no decorrer de um período estimado de benefício econômico. Compostos basicamente por *softwares*, que são registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso.
(f) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (*Impairment*)
O CPC 01 (R1) – "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", aprovado pela Resolução CMN nº 3.566/08, estabelece a necessidade das entidades efetuarem uma análise periódica para verificar o grau de valor recuperável dos ativos imobilizado, intangível e demais. Em 30 de junho de 2013, a administração não identificou nenhuma perda em relação ao valor recuperável de ativos não financeiros a ser reconhecida nas demonstrações financeiras.
(g) Passivos circulante e exigível a longo prazo
Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo quando aplicável, os encargos incorridos.
(h) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios descritos definidos na Resolução nº 3.823/09 do BACEN.
(i) Contingências ativas: Não são reconhecidas contabilmente, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização sobre as quais não cabem mais recursos.
(ii) Contingências passivas: São reconhecidas contabilmente quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação.
(iii) Obrigações legais – fiscais e previdenciárias: Referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições.
(i) Imposto de renda, contribuição social, PIS e COFINS
Provisionados às alíquotas abaixo demonstradas, consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo considerando a data em que foi alterada a atividade econômica conforme a Ata da Assembleia de Sócios em 30 de abril de 2012, alterando seu objeto social para exercer a atividade financeira.

	Alíquotas – %
Imposto de renda	15
Adicional de imposto de renda	10
Contribuição social	15
PIS	0,65
COFINS	4

A provisão para imposto de renda para instituição financeira é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% para o lucro tributável excedente a R$ 120 no semestre; a provisão para contribuição social é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro tributável.
De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receita, custos e despesas computadas na aplicação do lucro líquido do exercício, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da referida Lei, não tem efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica optante pelo Regime Tributário de Transição (RTT), devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção da Lei nº 11.638/07 estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

4. **Processo de gestão de risco**
(a) Risco operacional
Em conformidade com o requerido pela Resolução nº 3.380/06 do CMN, a BR Partners mantém uma estrutura específica para o gerenciamento dos riscos relacionados às atividades operacionais. A gestão dos riscos operacionais é realizada através da disponibilização de ferramentas, divulgação de políticas e metodologias corporativas, com o intuito de evitar possíveis falhas ou inadequação dos processos executados por pessoas ou sistemas internos. Os pontos identificados de não conformidade são comunicados à alta administração que se reúne com o objetivo de avaliar e monitorar tais eventos, de modo a garantir uma eficiente gestão dos riscos operacionais e mitigação de possíveis perdas na Instituição.
(b) Risco de mercado
Em conformidade com a Resolução nº 3.464/07 do CMN o Banco BR Partners mantém estrutura específica para o gerenciamento dos riscos das operações sujeitas à variação cambial, taxa de juros, preços das ações e dos preços de mercadorias *(commodities)* de suas transações. Este gerenciamento de risco de mercado é efetuado de forma centralizada, por área administrativa que atua de forma independente a área de negócios. O Banco BR Partners realiza acompanhamentos diários dos níveis de exposição e assegura compatibilização de suas posições frente aos limites regulatórios e operacionais.
(c) Risco de liquidez
Objetivando o gerenciamento da exposição ao risco de liquidez, o Banco adota instrumentos para controle de fluxo de caixa e previsão de necessidades ou excesso de recursos com devida antecedência, de tal forma que seja possível a antecipação de medidas preventivas. Diariamente, a alta administração recebe mapa para acompanhamento da reserva mínima de liquidez, que é utilizada para tomada de decisões em conformidade com o Plano de Liquidez da Instituição.
(d) Risco de crédito
A estrutura de gerenciamento de risco de crédito constitui um conjunto de princípios (organização, responsabilidades e governança), procedimentos (identificar, avaliar, monitorar e controlar o risco de crédito) e instrumentos (análise de crédito, relatório de risco de crédito e Comitê de Risco de Crédito e Mercado) que proporcionam a permanente adequação do seu gerenciamento à natureza e complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas.
A identificação e análise do risco de crédito é feito através da análise de crédito realizada pela área de Gestão de Risco, submetendo-se à avaliação do Comitê de Risco de Crédito e Mercado.
O monitoramento, a comunicação e o controle são feitos através do Relatório de Risco de Crédito. Em caso de necessidade, o Comitê de Risco de Crédito e Mercado sugere instrumentos para mitigar o risco de crédito.

5. **Aplicações interfinanceiras de liquidez**
Em 30 de junho de 2013, estavam constituídas, em sua totalidade, por aplicações em operações compromissadas no montante de R$ 67.415 (2012 – R$ 19.685) com a data da revenda para o dia 1º de julho de 2013.

	2013	2012
Aplicações no mercado aberto – operações compromissadas		
Posição bancada	1.401	–
	66.014	19.685
	67.415	19.685

6. **Títulos e valores mobiliários**
A carteira de títulos e valores mobiliários está classificada conforme os critérios estabelecidos na Circular nº 3.068/01 do BACEN, na categoria "para negociação", sendo composta de Letras Financeiras do Tesouro (LFT) e Letras do Tesouro Nacional (LTN). Tais ativos estão demonstrados no ativo circulante, independentemente do prazo de vencimento, dado serem ativa e frequentemente negociados.
Os saldos da carteira de títulos e valores mobiliários em 30 de junho de 2013, bem como sua composição, estão assim demonstrados:
(a) Classificação e composição da carteira

	Valor de custo atualizado	Ganhos/ (perdas) não realizados	Valor de mercado em 2013	Valor de mercado em 2012
Títulos para negociação				
Carteira própria				
LTN	13.222	(1)	13.221	–
Cotas de fundos de investimento (*)	102.474	–	102.474	110.624
Vinculados à prestação de garantias				
LFT	566	–	566	–
LTN	4.472	(101)	4.371	–
NTN-B	24.367	(451)	23.916	–
	145.101	(553)	144.548	110.624

Os títulos públicos estão registrados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC) do Banco Central do Brasil.
(*) O Banco é cotista exclusivo do fundo.
O Fundo de Investimento Total Fundo de Investimento Multimercado Investimento no Exterior – Crédito Privado é administrado pela BEM – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
O Fundo é constituído sob forma de condomínio aberto com prazo indeterminado de duração, cuja estratégia de investimento é obter rentabilidade por meio de oportunidades oferecidas pelos mercados de taxa de juros pós-fixadas e prefixadas, índices de preço, moeda estrangeira e renda variável, derivativos e *commodities* de forma que o Fundo fique exposto a vários fatores de risco, sem o comprimisso de concentração em nenhum fator em especial.
(b) Composição por prazo de vencimento do papel

	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor de mercado em 2013	Valor de mercado em 2012
Carteira própria	102.474	13.221	–	–	–	115.695	110.624
Vinculados à prestação de garantias (*)	–	–	717	27.570	566	28.853	–
	102.474	13.221	717	27.570	566	144.548	110.624

(*) Refere-se a títulos públicos federais e cotas de fundos de investimento.

7. **Instrumentos financeiros derivativos**
O BR Partners Banco de Investimento S.A. utiliza instrumentos financeiros derivativos de acordo com sua política de gestão de riscos, com diferentes contraportes, para a gestão dos riscos das exposições próprias ou de clientes, principalmente nos mercados de moedas e taxas de juros. Essas operações são registradas e custodiadas na BM&FBOVESPA ou na CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.
A área de gestão de riscos monitora diariamente o enquadramento do banco aos parâmetros definidos na Política de Riscos do BR Partners Banco de Investimento S.A., Essa política tem como objetivo estabelecer a tolerância do Comitê de Gestão do BR Partners Banco de Investimento S.A. às exposições ao risco de mercado, definir as técnicas para efetivamente gerenciar, mitigar e prevenir a exposição excessiva ao risco de mercado.
O valor justo dos instrumentos derivativos é calculado com base nos preços de mercado dos seus ativos-objetos (*mark-to-market*), outros instrumentos financeiros derivativos semelhantes e modelos de apreçamento. Diariamente são verificadas as oscilações das variáveis de mercado que influenciam no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos, e estas são incorporadas automaticamente. As informações utilizadas são de fontes oficiais e a metodologia de apuração respeita o que foi aprovado internamente pela diretoria e áreas de riscos.
As operações atualmente têm como objetivo a finalidade contábil de negociação, são contabilizadas pelo valor justo em contas patrimoniais, com os ganhos e as perdas realizadas e não realizadas reconhecidas no resultado do período. Os valores dos contratos ou valores referenciais são registrados em contas de compensação.
(a) Composição por indexador

	Valor a receber	Valor a pagar	2013 Valor referencial
Operações de "*swap*"			
CDI x dólar	963	(6.080)	196.410
Operações a termo			
Posição vendida			
Moedas	33	–	7.927
Operações com futuros			
Posição comprada			
DDI	3.971	–	208.981
Dólar	2.608	–	196.634
Posição vendida			
DDI	(2.823)	–	207.932
Dólar	(1.672)	–	87.489
	3.080	(6.080)	905.373

(b) Comparação entre o valor de custo e o valor de mercado

	Valor de custo	Ganhos/ (perdas) não realizados	2013 Valor de mercado
Ativo			
Operações de "*swap*"	2.090	(1.127)	963
Operações a termo	161	(128)	33
Operações com futuros	–	–	2.084
	4.335	(1.255)	3.080
Passivo			
Operações de "*swap*"	(2.425)	(3.655)	(6.080)
	(2.425)	(3.655)	(6.080)

(c) Composição por vencimentos

	Até 3 meses	4 a 12 meses	Saldo 2013
Operações de "*swap*"	(5.776)	659	(5.117)
Operações a termo			
Vendida	33	–	33
Operações com futuros			
Comprada	6.579	–	6.579
Vendida	(4.493)	–	(4.493)
Taxas e corretagens	(2)	–	(2)
	(3.659)	659	(3.000)

(d) Valor referencial por local de negociação

	Bolsas	Balcão (Cetip)	2013
Operações de "*swap*"	–	196.410	196.410
Operações a termo – Vendida	–	7.927	7.927
Operações com futuros – Comprada	405.616	–	405.616
Operações com futuros – Vendida	295.420	–	295.420

(e) Valor referencial por contraparte

	Pessoa jurídica	Instituições financeiras	Investidores institucionais	Câmaras de liquidações	2013
Operações de "*swap*"	–	106.410	90.000	–	196.410
Operações a termo	7.927	–	–	–	7.927
Operações com futuros	–	–	–	701.036	701.036

(f) Resultado por produto

	Receita	Despesa	2013 Resultado líquido
Operações de "*swap*"	2.356	(7.473)	(5.117)
Operações a termo	161	(128)	33
Operações com futuros	41.974	(36.877)	5.097
	44.491	(44.478)	13

As garantias dadas nas operações de instrumentos financeiros derivativos junto à BM&F são representadas por títulos públicos federais e totalizam R$ 28.853, registradas como vinculados à prestação de garantias.

8. **Outros créditos – diversos**

	2013	2012
Adiantamentos e antecipações salariais	163	18
Devedores por depósito em garantia (i)	446	–
Imposto de renda e contribuições a compensar	1.567	1.445
Pagamentos a ressarcir (ii)	488	182
Valores a receber de empresas ligadas	–	13
Devedores diversos (iii)	5.000	–
Outros	12	–
	7.676	1.658

(i) Valor referente a depósito de caução sobre o contrato de aluguel de imóvel corrigido ao índice de caderneta de poupança.
(ii) Valores referentes a despesas gerais a serem reembolsadas pelos clientes na prestação de serviços.
(iii) Valor a receber referente a resgate de cotas do Fundo de Investimento Total Fundo de Investimento Multimercado Investimento no Exterior – Crédito Privado liquidada no dia 1º de julho de 2013.

9. **Depósitos**

	Até 3 meses	4 a 12 meses	1 a 3 anos	Acima de 3 anos	2013 Saldo
Depósitos interfinanceiros	10.607	–	–	–	10.607
Depósitos a prazo	–	–	39.426	6.453	45.879
	10.607	–	39.426	6.453	56.486

10. **Captações no mercado aberto**
Referem-se a obrigações por operações compromissadas com carteira de terceiros títulos públicos federais NTN-B com recompra para o dia 1º de julho de 2013.

11. **Outras obrigações**
(a) Fiscais e previdenciárias

	2013	2012
Provisões para IR e CSLL	–	155
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	12	9
Impostos e contribuições sobre salários	170	81
Provisão para PIS e COFINS	–	61
IR sobre depósito a prazo – PJ	27	–
IR e CSLL diferido	19	–
	228	306

(b) Diversas

	2013	2012
Provisões para pagamentos a efetuar – pessoal	618	289
Outras despesas administrativas	862	429
Credores diversos – País (*)	–	2.026
	1.480	2.744

(*) Refere-se a obrigação por emissão de título remunerado à taxa SELIC, como garantia do Porto Seguro Participações S.A. (anteriormente denominado Banco Porto Seguro S.A.) para possíveis contingências provenientes de processos administrativos ou judiciais caso exigidas ao Banco BR Partners. Em 28 de junho de 2013, esta obrigação foi registrada na Cetip com a emissão de CDB no montante atualizado de R$ 1.440 e letra financeira de R$ 709.

12. **Imposto de renda, contribuição social**
Tributação sobre o resultado no semestre de 30 de junho:

	2013 Imposto de renda	2013 Contrib. social	2012 Imposto de renda	2012 Contrib. social
Resultado antes da tributação sobre o lucro	(16.681)	(16.681)	3.399	3.399
Alíquota (25% IR e 9% CS)	–	–	(764)	(275)
Alíquota (25% IR e 15% CS)	–	–	(80)	(52)
Adições/exclusões permanentes	–	–	6	(1)
Adições/exclusões temporárias	–	–	(15)	(8)
Adições/exclusões diferidas	(12)	(7)	–	–
Total do imposto de renda e contribuição social	(12)	(7)	(853)	(336)

13. **Participações em sociedades controladas no país**

	BR Partners CTVM S.A.	Total em 2013
Participação no capital integralizado – %	99,99	–
Patrimônio líquido em 30 de junho de 2013	14.862	–
Resultado de participação em controlada/prejuízo do semestre	(153)	(153)
Valor contábil do investimento	14.862	14.862
Resultado de equivalência patrimonial	(153)	(153)

Em 2 de janeiro de 2013, o BR Partners Banco de Investimento S.A. adquiriu 99,99% das ações da Corretora pelo valor patrimonial de R$ 15.015 mil

14. **Patrimônio líquido**
(a) Capital social
O capital social totalmente subscrito e integralizado é representado por 127.750.000 (cento e vinte e sete milhões, setecentos e cinquenta mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao valor de R$ 1 (um real) cada uma.
(b) Reservas de lucros
A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital.
(c) Dividendos e juros sobre o capital próprio
Ao fim de cada exercício, os acionistas terão direito a um dividendo obrigatório não cumulativo correspondente à totalidade do lucro líquido ajustado, podendo a diretoria informar aos acionistas, com exposição justificada e aprovada por unanimidade em Assembleia Geral, deixar de distribuir lucros ou reter em reservas conforme a situação financeira do Banco.
O Banco também poderá, a qualquer tempo, *ad referendum* da Assembleia Geral, levantar balanços em períodos menores em cumprimento a requisitos legais ou para atender a interesses societários, declarar a pagar dividendos intermediários, intercalares ou juros sobre capital próprio à conta de lucros do exercício corrente ou reserva de lucros de exercícios anteriores.
Em 27 de abril de 2012, foi efetuada a distribuição de dividendos referentes ao lucro acumulado do exercício de 2011 no montante de R$ 2.345 (R$ 0,017 centavos por ação).

continua ...

BR PARTNERS

BR Partners Banco de Investimento S.A.

CNPJ/MF nº 13.220.493/0001-17

... continuação

15. **Transações com partes relacionadas**
As operações entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução nº 3.700, do CMN.

(a) Transações e saldos

	Ativos (passivos)	2013 Receitas (despesas)
Instrumentos financeiros derivativos		
BR Advisory Partners Participações S.A.	33	33
Depósitos a prazo		
BR Advisory Partners Participações S.A.	(23.999)	(971)
BR Partners Assessoria Financeira Ltda.	(11.977)	(88)
BR Partners Assessoria de Mercados de Capitais e Dívidas Ltda.	(4.443)	(147)
BR Partners Gestão de Recursos Ltda.	(3.826)	(127)
BR Partners Participações Financeiras Ltda.	(59)	(4)
BR Partners Investimentos Imobiliários S.A.	(135)	(9)
Depósitos interfinanceiros		
BR Partners Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	(10.607)	(34)

(b) Remuneração do pessoal-chave da administração
A remuneração e encargo do pessoal-chave da administração, representado pela sua diretoria estatutária, no semestre de 2013 foi de R$ 295 (2012 – R$ 241), e tal despesa encontra-se registrada na linha despesas de pessoal da DRE.

16. **Outras informações**
(a) Outras despesas administrativas referem-se:

	2013	2012
Despesas de aluguéis	1.530	1.135
Despesas de processamento de dados	1.014	366
Despesas de serviços técnicos especializados	948	331
Despesas de comunicações	511	440
Despesas com condomínio	185	131
Despesas de serviços de terceiros	182	152
Despesas de água, energia e gás	121	84
Despesas de manutenção e conservação de bens	119	109
Despesas de transportes	101	45
Despesas de propaganda e publicidade	95	137
Despesas de serviços do sistema financeiro	78	3
Despesas de viagem	67	25
Despesas tributárias	55	76
Despesas de publicações	45	20
Outras despesas	441	313
	5.492	3.367

(b) Despesas de pessoal
Incluem os salários e os encargos sociais pagos no semestre de 2013 no montante de R$ 4.875 (2012 – R$ 1.687), bem como benefícios de assistência médica, odontológica, seguro de vida, vale-refeição e transporte.
(c) Não há registro de processos judiciais de natureza tributária, cível ou trabalhista na data-base 30 de junho de 2013, cuja possibilidade de perda tenha sido classificada como provável ou possível.

DIRETORIA

Diretor Presidente
Ricardo Fleury Cavalcanti de Albuquerque Lacerda

Diretora Administrativa
Andrea Capelo Pinheiro

Diretor Financeiro
Renato Naigeborin

Diretor de Riscos e Operações
José Flávio Ferreira Ramos

Diretor Operacional
Sérgio Carbone

Diretor Comercial
Marcelo Nóbrega da Costa

CONTADOR

Hideo Antonio Kawassaki
CRC 1SP 184007/O-5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos
Administradores e Acionistas
BR Partners Banco de Investimento S.A.
Examinamos as demonstrações financeiras individuais do BR Partners Banco de Investimento S.A. ("Instituição") que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.
Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras
A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.
Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Opinião
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do BR Partners Banco de Investimento S.A. em 30 de junho de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 28 de agosto de 2013.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Maria José De Mula Cury
Contadora
CRC 1SP192785/O-4

www.brap.com.br

economia

> É uma crise econômica como a que os Estados Unidos acabaram de enfrentar; igualzinha a de lá.
> *Wang Ting, dono de um cassino ilegal em Fugu, nos arredores de Shenmu*

Cidades chinesas em crise de crédito

Comunidades como a de Shenmu já enfrentam problemas por conta do menor crescimento do país

Keith Bradsher*

Fotos de Adam Dean/NYT

Obras paradas: Shen Jiaowei, um fazendeiro, fuma um cigarro na frente de um projeto habitacional interrompido em Shenmu, na China.

Enquanto a economia chinesa ia de vento em popa, poucas cidades cresceram mais rápido e mais alto que Shenmu, uma comunidade de quase 500 mil habitantes no Noroeste da China.

Lojas de roupas de luxo no centro da cidade registravam até US$ 500 mil de vendas em um só dia; as mesas nos melhores restaurantes precisavam ser reservadas com semanas de antecedência; e o novo Fortune Garden Club para a elite comercial da cidade virou manchete ao pagar um milhão de dólares por uma cama king-size de mogno utilizada pelos membros e suas acompanhantes.

Contudo, uma dolorosa crise do crédito está se espalhando por Shenmu e pelas cidades próximas, enquanto milhares de empresas fecham as portas, frotas de BMWs e Audis são confiscadas e as ruas estão cheias de manifestantes.

Agora, as maiores lojas de marcas ocidentais estão desertas, o faturamento dos restaurantes caiu até 97% e a entrada de mármore do Fortune Garden Club está fechada. Apenas uma concessionária de carros da cidade não foi à falência. O dono da maior joalheria da cidade foi preso pelas autoridades depois de colocar milhões de dólares em ouro e joias em malas e ser acusado de se preparar para fugir da cidade sem pagar seus credores. Um restaurante fechou as portas no dia anterior e o dono fugiu da cidade, assim como o fundador do Fortune Garden e muitos outros executivos.

Sistema bancário

"É uma crise econômica como a que os Estados Unidos acabaram de enfrentar; igualzinha a de lá", afirmou Wang Ting, dono de um cassino ilegal em Fugu, nos arredores de Shenmu. "Não há mais dinheiro, todo mundo está em casa desempregado, a economia nunca vai se recuperar."

Shenmu e as cidades vizinhas de Ordos e Fugu estão na dianteira de problemas mais amplos e que afetam a economia chinesa como um todo. O crescimento está diminuindo em todo o território chinês. Com a desaceleração, aumenta a inadimplência dos empréstimos feitos fora do sistema bancário convencional, além da sobrecapacidade crônica em diversos setores, como a mineração de carvão e a produção de aço, além de um declínio drástico nos preços de imóveis e outros ativos, especialmente em cidades problemáticas como Shenmu.

Os problemas estão ficando em evidência em diversas cidades grandes, como a cidade litorânea de Wenzhou, onde os empréstimos informais – parte de algo conhecido como "financiamento às escuras" – dominam o cenário há quase um quarto de século. Cidades com economias ligadas a commodities com preços em queda também foram afetadas e muitas pessoas deram calotes em suas dívidas. Regiões grandes e economicamente diversificadas, como Pequim e Xangai, parecem ter sido consideravelmente menos afetadas, mas também possuem muitos negócios de pequeno e médio porte que dependem dos empréstimos informais.

Embora fosse especialmente especulativo e intenso na região, o crédito desapareceu na província de Shaanxi, no norte da China, onde a indústria mineradora local também foi afetada pela queda drástica dos preços.

Calotes

Assim que alguns mutuários começaram a dar calotes em suas dívidas no início do ano, credores preocupados do setor informal aumentaram as taxas de juros para negócios de pequeno e médio porte, de 25% a 40% ao ano, anteriormente, para até 125%. O aumento levou a uma onda muito maior de calotes nas últimas semanas, à medida que os proprietários não tinha mais condições de pagar os bilhões de dólares em títulos ruins, muitos dos quais acertados em contratos precários e difíceis de cobrar em juízo.

Uma mulher diante de loja fechada em rua do comércio. Varejo sofreu com a inadimplência, que aumentou nos últimos meses.

"Quase ninguém empresta dinheiro", afirmou um executivo do setor de construção civil que revelou apenas o sobrenome, Xie, ao lado de seu Toyota Land Cruiser em frente a um projeto de construção parado.

Embora mudanças estejam sendo lentamente introduzidas, os bancos estaduais só têm permissão de realizar empréstimos a juros baixos, regulados pelo Estado e pouco acima da inflação, com um valor total controlado por cotas trimestrais. Em toda a China, esses empréstimos vão em sua maioria para grandes empresas estatais, autoridades do governo e pessoas com boas conexões políticas, que costumam emprestar o dinheiro a taxas muito superiores para empresas de pequeno e médio porte do setor privado que precisam de dinheiro para crescer.

Liu Linfei, um funcionário do governo que vive na cidade de Yulin, estava recentemente em uma esquina de Shenmu vestindo camiseta e bermuda, em frente a dois hotéis enormes, cuja construção havia sido interrompida pouco antes da instalação das janelas. Ele afirmou que havia emprestado 600.000 yuans (quase US$ 100 mil) de um banco pouco antes da crise, a uma taxa de juros de 4,1% ao ano. Então, Liu emprestou o dinheiro a outros credores com uma taxa de juros de 10,4%, planejando embolsar a diferença.

Os credores que emprestaram de Liu deram um calote e agora ele enfrenta dificuldades para pagar o banco. "Não vou perder minha casa, porque estou pagando pouco a pouco com dinheiro emprestado pelos meus parentes", afirmou. Os chineses estão enfrentando dificuldades para pagar os empréstimos porque a economia está perdendo fôlego. A maioria das análises da economia chinesa prestam atenção apenas no crescimento real: cerca de 7,5% este ano. Porém, para o faturamento e as vendas das empresas, que determinam sua capacidade de pagar as dívidas, o que realmente importa é o crescimento nominal, ou seja, a taxa de crescimento real, mais a inflação.

As empresas do setor privado podiam emprestar a taxas de juro de dois dígitos porque o crescimento nominal que foi de 16% a 23% ao ano de 2004 a 2011 superava as taxas. Entretanto, o crescimento nominal desacelerou para 9,8 por cento no ano passado e caiu novamente na primeira metade deste ano, chegando a 8,8 por cento.

Preço do carvão

Ao mesmo tempo, o investimento excessivo levou à sobrecapacidade. Dezenas de novas minas foram abertas nos arredores de Shenmu na última década e as minas mais antigas expandiram as operações. Contudo, a demanda pelos dois maiores consumidores do carvão mineral – a eletricidade e o aço – cresceu muito mais lentamente que o esperado.

Como resultado, o preço do carvão mineral caiu pela metade nos últimos três anos. Agora, das 90 minas nos arredores de Shenmu, praticamente as únicas que estão funcionando são as nove estatais que não precisam ser lucrativas.

O estouro da bolha imobiliária foi o maior choque para a economia local. Os preços dos imóveis aumentaram descontroladamente em diversas cidades da China. Em Shenmu, um apartamento de 111,5 metros quadrados custava menos de US$ 20 mil há uma década, mas chegou a US$ 330 mil no inverno passado.

Corretores de imóveis locais afirmam que aconselham os clientes a não baixarem mais que 10% os valores de venda. No entanto, donos de empresas da região que compram e vendem apartamentos afirmam que estão fechando negócios por até US$ 115 mil por apartamentos de 111,5 metros quadrados, uma queda de 65% no valor. O descontentamento público está causando protestos nas ruas. Milhares de pessoas participaram em meados de julho de uma manifestação na praça que foi pavimentada por um valor exorbitante em frente à prefeitura, exigindo que a prefeitura injetasse recursos na economia municipal. Mais recentemente, um grupo menor de trabalhadores migrantes protestou, exigindo que governo local pague seus salários após a interrupção da construção dos arranha-céus em que trabalhavam.

Ainda assim, um comerciante de Shenmu que preferiu manter o anonimato em função das tensões na região afirmou que simpatizava com as autoridades, que chegaram até a colocar cartazes nas ruas alertando os cidadãos dos perigos de participar de esquemas de empréstimo informal.

"Isso é um problema nacional, não apenas uma questão regional", afirmou.

The New York Times

China abre seus portos aos Valemax

Impedidos até agora de atracar na China, os navios-gigantes da Vale, batizados como Valemax, poderão ganhar autorização para usar alguns portos chineses, o que permitiria uma economia de até um terço nos custos de transporte de minério de ferro.

A China estuda um plano para permitir que alguns dos seus portos recebam navios de maior porte, em um movimento que pode abrir o caminho para a brasileira Vale começar a entregar minério de ferro por meio de sua crescente frota de navios gigantes.

Proprietários de navios chineses têm se oposto fortemente ao acesso dos meganavios da Vale em meio a preocupações de que poderiam piorar o excesso de transporte e roubar participação de mercado. Mas, a sua utilização reduziria os custos de transporte das matérias-primas para as siderúrgicas chinesas.

Para a Vale, a aprovação para que seus navios "Valemax" entrem nos portos chineses iria ajudar a mineradora a cortar custos de transportes em um terço e permitir uma maior competição com as rivais australianas Rio Tinto e BHP Billiton, cujas minas estão mais próximas da China.

O Ministério dos Transportes da China barrou navios de grande porte dos portos do país no início de 2012, citando preocupações de segurança após o primeiro navio de 400 mil toneladas Valemax atracar em Dalian em dezembro de 2011. Na ocasião, o ministério afirmou que os navios de petróleo e graneis sólidos não poderiam exceder a capacidade nominal de um porto.

Porém, os portos chineses têm melhorado a infraestrutura nos últimos anos para atender a forte demanda por commodities, colocando a verdadeira capacidade acima do número aprovado. *(Reuters)*

Arábia produz como nunca

A Arábia Saudita deverá bombear 10,5 milhões de barris por dia (bpd) de petróleo no terceiro trimestre, incremento de 1 milhão de bpd sobre o segundo trimestre e o maior nível de produção já registrado, informou ontem a consultoria norte-americana Pira, uma das líderes no setor de energia.

"A razão pela qual eles estão produzindo é muito simples – o mundo precisa de petróleo", disse o presidente-executivo da Pira, Gary Ross.

A Pira publicou a estimativa para clientes no início da semana. A produção de petróleo da Líbia caiu de 1,4 milhão de bpd para apenas 250 mil bpd depois que manifestantes fecharam campos petrolíferos.

A Arábia Saudita, maior produtor da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), é o único país com uma capacidade extra significativa. Ross disse que cerca de 400 mil bpd da oferta adicional devem ser para abastecer o consumo doméstico de energia na Arábia Saudita durante o pico da demanda no verão, para ar-condicionado.

Ele disse que, sem um novo aumento este ano na produção de óleo de xisto dos EUA, o mundo teria menor oferta de petróleo e os preços ficariam muito mais elevados.

"Sem o xisto dos EUA, estaríamos com déficit de cerca de 1,5 milhão de barris por dia no terceiro trimestre, e os preços teriam subido dramaticamente para conter a demanda", disse Ross.

A produção de óleo de xisto dos EUA está atualmente em cerca de 2,5 milhões de barris diários, alta de 900 mil barris por dia em um ano, informou. *(Reuters)*

BR PARTNERS

BR Partners Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

CNPJ/MF nº 16.695.922/0001-09

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:
Submetemos à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras do BR Partners Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2013, as quais seguem os dispositivos estabelecidos pelo Banco Central do Brasil.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativo	2013	2012
Circulante	15.349	15.105
Disponibilidades	10	–
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5)	10.607	–
Aplicações em depósitos interfinanceiros	10.607	–
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (Nota 6)	4.003	15.105
Carteira própria	2.957	15.105
Vinculados a prestação de garantias	1.046	–
Outros créditos	710	–
Negociação e intermediação de valores (Nota 7)	683	–
Diversos	27	–
Outros valores e bens	19	–
Despesas antecipadas	19	–
Permanente	385	–
Intangível	385	–
Ativos intangíveis	416	–
Amortizações acumuladas	(31)	–
Total do ativo	15.734	15.105

Passivo e patrimônio líquido	2013	2012
Circulante	872	37
Outras obrigações	872	37
Fiscais e previdenciárias (Nota 8(a))	51	37
Negociação e intermediação de valores (Nota 7)	658	–
Diversas (Nota 8(b))	163	–
Patrimônio líquido (Nota 10)	14.862	15.068
Capital social	15.000	15.000
Reservas de lucros	15	3
Lucros ou prejuízos acumulados	(153)	65
Total do passivo e patrimônio líquido	15.734	15.105

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO – SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO – *Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma*

	2013	2012
Receitas da intermediação financeira	495	105
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	495	105
Resultado bruto da intermediação financeira	495	105
Outras receitas/despesas operacionais	(655)	(5)
Receitas de prestação de serviços	404	–
Despesas de pessoal	(715)	–
Outras despesas administrativas (Nota 12(b))	(317)	–
Despesas tributárias	(63)	(5)
Outras receitas operacionais	39	–
Outras despesas operacionais	(3)	–
Resultado operacional	(160)	100
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	(160)	100
Imposto de renda e contribuição social (Nota 9)	7	(32)
Provisão para imposto de renda	4	(23)
Provisão para contribuição social	3	(9)
Lucro líquido/prejuízo do semestre	(153)	68
Número de ações (em milhares)	15.000	15.000
Resultado por ação no final do período – R$	(0,010)	0,005

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Capital social	Reserva legal	Lucros/prejuízos acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2011				
Aumento de capital	15.000	–	–	15.000
Lucro líquido do semestre			68	68
Destinação do lucro líquido Reserva legal	–	3	(3)	–
Em 30 de junho de 2012	15.000	3	65	15.068
Em 31 de dezembro de 2012	15.000	15	–	15.015
Prejuízo do semestre	–	–	(153)	(153)
Em 30 de junho de 2013	15.000	15	(153)	14.862

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2013	2012
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro/prejuízo líquido do semestre	(153)	68
Ajustes de receitas e despesas não envolvendo caixa		
Amortizações	29	–
Lucro/prejuízo líquido ajustado	(124)	68
Variação de ativos e obrigações operacionais		
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	11.288	(15.105)
Outros créditos	(659)	–
Outros valores e bens	(19)	–
Outras obrigações	528	37
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	11.014	(15.000)
Atividades de investimento		
Aquisição de intangível	(256)	–
Caixa líquido utilizado nas atividades investimento	(256)	–
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	–	15.000
Dividendos pagos (Nota 10(c))	(283)	–
Caixa líquido proveniente das atividades financiamento	(283)	15.000
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	10.475	–
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	142	–
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	10.617	–
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	10.475	–

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. **Contexto operacional**
A BR Partners Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Corretora") é uma empresa integrante do Grupo BR Partners e tem como objetivo complementar as atividades nas áreas de banco de investimento, renda fixa, câmbio, consultoria e assessoria financeira, bem como instituir a prestação de serviços de corretagem para clientes locais e clientes institucionais estrangeiros, nos termos da Resolução nº 2.689.
O Grupo BR Partners constituiu Corretora, sociedade de capital fechado no dia 10 de fevereiro de 2012 e recebeu autorização de funcionamento do Banco Central do Brasil ("BACEN") no dia 8 de junho de 2012.
Em 2 de janeiro de 2013, o BR Partners Banco de Investimento S.A. adquiriu 99,99% das ações da Corretora.
As demonstrações financeiras da Corretora foram aprovadas pela Diretoria em 21 de agosto de 2013.
2. **Apresentação das demonstrações financeiras**
As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, associadas às normas e instruções do BACEN e Conselho Monetário Nacional ("CMN").
Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Corretora podem incluir, portanto, provisões necessárias para passivos contingentes, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.
O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém nem todos homologados pelo CMN. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BACEN são:
• CPC – Pronunciamento conceitual básico R(1): homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12;
• CPC 01 (R1) – "Redução ao Valor Recuperável de Ativos" – homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
• CPC 03 (R2) – "Demonstrações dos Fluxos de Caixa" – homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08;
• CPC 05 (R1) – "Divulgação sobre Partes Relacionadas" – homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09;
• CPC 10 (R1) – "Pagamento Baseado em Ações" – homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;
• CPC 23 – "Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro" – homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11;
• CPC 24 – "Evento Subsequente" – homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11;
• CPC 25 – "Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes" – homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09.
Atualmente não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC, nem tampouco se a utilização dos mesmos será de forma prospectiva e retrospectiva para as demonstrações financeiras.
3. **Principais práticas contábeis**
(a) Apuração do resultado
O resultado é apurado pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.
(b) Caixa e equivalentes de caixa
O caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações interfinanceiras de liquidez de curto prazo, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor, que são utilizados pela Corretora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.
(c) Aplicações interfinanceiras de liquidez
As aplicações interfinanceiras de liquidez são avaliadas pelo custo de aquisição, atualizado pelas rendas auferidas até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.
(d) Títulos e valores mobiliários
Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo custo de aquisição e ajustados a valor de mercado, apresentados no balanço patrimonial conforme a Circular nº 3.068/01 do BACEN, sendo classificados de acordo com a intenção da administração na categoria de "Títulos para negociação", relativa a títulos adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, apresentados no ativo circulante e avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período. Os ganhos e perdas realizados e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos no resultado.
(e) Permanente
Intangível – correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Corretora ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados no decorrer um período estimado de benefício econômico. Compostos basicamente por *softwares*, que são registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso.
(f) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)
O CPC 01 (R1) – "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", aprovado pela Resolução CMN nº 3.566/08, estabelece a necessidade das entidades efetuarem uma análise periódica para verificar o grau de valor recuperável dos ativos imobilizado e intangível. Em 30 de junho de 2013, a administração não identificou nenhuma perda em relação ao valor recuperável de ativos não financeiros a ser reconhecida nas demonstrações financeiras.
(g) Imposto de renda e contribuição social
O imposto de renda e a contribuição social são calculados em conformidade com as taxas e critérios previstos na legislação vigente.

	Alíquotas – %
Imposto de renda	15
Adicional de imposto de renda	10
Contribuição social	15
PIS	0,65
COFINS	4

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de adicional de 10% para o lucro tributável excedente a R$ 120 no semestre. A contribuição social foi provisionada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável.
(h) Passivo circulante
Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo quando aplicável, os encargos incorridos.
(i) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios descritos definidos na Resolução nº 3.823/09 e Carta-Circular nº 3.429 do BACEN.
• Contingências ativas – não são reconhecidas contabilmente, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização sobre as quais não cabem mais recursos.
• Contingências passivas – são reconhecidas contabilmente quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.
• Obrigações legais – fiscais e previdenciárias – referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições.
4. **Processo de gestão de risco**
(a) Risco operacional
Em conformidade com o requerido pela Resolução nº 3.380/06 do CMN, a Corretora BR Partners, mantém uma estrutura específica para o gerenciamento dos riscos relacionados às atividades operacionais. A gestão dos riscos operacionais é realizada através da disponibilização de ferramentas, divulgação de políticas e metodologias corporativas, com o intuito de evitar possíveis falhas ou inadequação dos processos executados por pessoas ou sistemas internos. Os pontos identificados de não conformidade são comunicados à alta administração que se reúne com o objetivo de avaliar e monitorar tais eventos, de modo a garantir uma eficiente gestão dos riscos operacionais e mitigação de possíveis perdas na Instituição.
(b) Risco de mercado
Em conformidade com a Resolução nº 3.464/07 CMN a Corretora BR Partners mantém estrutura específica para o gerenciamento dos riscos das operações sujeitas à variação cambial, taxa de juros, preços das ações e dos preços de mercadorias (*commodities*) de suas transações. Este gerenciamento de risco de mercado é efetuado de forma centralizada, por área administrativa que atua de forma independente a área de negócios. A Corretora BR Partners realiza acompanhamentos diários dos níveis de exposição e assegura compatibilização de suas posições frente aos limites regulatórios e operacionais.
(c) Risco de liquidez
Objetivando o gerenciamento da exposição ao risco de liquidez, a Corretora BR Partners adota instrumentos para controle de fluxo de caixa e previsão de necessidades ou excesso de recursos com devida antecedência, de tal forma que seja possível a antecipação de medidas preventivas. Diariamente, a alta administração recebe mapa para acompanhamento da reserva mínima de liquidez, que é utilizada para tomada de decisões em conformidade com o Plano de Liquidez da Instituição.
5. **Aplicações interfinanceiras de liquidez**
As aplicações interfinanceiras de liquidez referem-se a aplicação em depósitos interfinanceiros R$ 10.607 realizado com o BR Partners Banco de Investimentos S.A. com vencimento em 1º de julho de 2013.
6. **Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos**
A carteira de títulos e valores mobiliários está classificada conforme os critérios estabelecidos na Circular nº 3.068/01 do BACEN, na categoria "para negociação", sendo composta de Letras Financeiras do Tesouro (LFT) e Letras do Tesouro Nacional (LTN). Tais ativos estão demonstrados no ativo circulante, independentemente do prazo de vencimento, dado serem ativa e frequentemente negociados.
Os saldos da carteira de títulos e valores mobiliários em 30 de junho de 2013, bem como sua composição, estão assim demonstrados:
(a) Classificação e composição da carteira

	Valor de custo atualizado	Perdas não realizadas	2013 Valor de mercado	2012 Valor de mercado
Títulos para negociação				
Carteira própria				
LFT	368	–	368	–
LTN	2.589	–	2.589	15.105
Vinculados à prestação de garantias				
LFT	1.046	–	1.046	–
Total da carteira de TVM	4.003	–	4.003	15.105

Os títulos públicos estão registrados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC) do Banco Central do Brasil cujo valor de mercado foi calculado através dos preços divulgados pela ANBIMA.
(b) Composição por prazo de vencimento do papel

	Até 3 meses	Acima de 5 anos	2013 Valor de mercado
Carteira própria	2.589	368	2.957
Vinculados à prestação de garantias	–	1.046	1.046
Total da carteira de TVM	2.589	1.414	4.003

	Até 3 meses	De 1 a 5 anos	2012 Valor de mercado
Carteira própria	–	15.105	15.105
Total da carteira de TVM	–	15.105	15.105

Durante os semestres findos em 30 de junho 2013 e 2012 a Corretora não operou com instrumentos financeiros derivativos.
7. **Negociação e intermediação de valores**
Os saldos classificados em negociação e intermediação de valores no ativo e no passivo são compostos por devedores – conta de liquidações pendentes de sociedades ligadas, no valor de R$ 683 e caixas de registros e liquidação R$ 658, respectivamente. São relativos aos valores a receber de clientes, correspondentes a ordens de ações e às operações com valores mobiliários por conta de clientes, a liquidar junto a BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA").
8. **Outras obrigações**
(a) Fiscais e previdenciárias
Referem-se substancialmente a provisão de impostos e contribuições sobre salários no valor de R$ 32 e PIS, COFINS e ISS no montante de R$ 18 (2012 – R$ 5).
(b) Diversas
Representadas, por provisão de despesas de pessoal no valor de R$ 86 e outras despesas administrativas R$ 77.
9. **Imposto de renda e contribuição social**
Tributação sobre o resultado no semestre findo de 30 de junho de 2013 e de 2012:

	2013 Imposto de renda	2013 Contribuição social	2012 Imposto de renda	2012 Contribuição social
Resultado antes da tributação sobre o lucro	(160)	(160)	100	100
Adições/Exclusões Diferidas	4	3	(23)	(9)
Total do imposto de renda e contribuição social	4	3	(23)	(9)

10. **Patrimônio líquido**
(a) Capital social
O capital social totalmente subscrito e integralizado é representado por 15.000.000 (quinze milhões) de ações ordinárias, nominativas sem valor nominal, emitidas pelo valor de R$ 1,00 cada uma.
(b) Reservas de lucros
A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital.
(c) Dividendos e juros sobre o capital próprio
Ao fim de cada exercício, os acionistas terão direito a um dividendo obrigatório não cumulativo correspondente à totalidade do lucro líquido ajustado, podendo a diretoria informar aos acionistas, com exposição justificada e aprovada por unanimidade em Assembleia Geral, deixar de distribuir lucros ou reter em reservas conforme a situação financeira da Corretora.
A Corretora também poderá, a qualquer tempo, *ad referendum* da Assembleia Geral, levantar balanços em períodos menores em cumprimento a requisitos legais ou para atender a interesses societários, declarar a pagar dividendos intermediários, intercalares ou juros sobre capital próprio à conta de lucros do exercício corrente ou reserva de lucros de exercícios anteriores.
Conforme a Ata de Assembleia Geral Ordinária de 30 de abril de 2013 foi aprovada a destinação de dividendos referente ao lucro acumulado do exercício de 2012 no montante de R$ 283 e pago em 31 de janeiro de 2013.
11. **Transações com partes relacionadas**

	Ativos (passivos)	2013 Receitas (despesas)
Aplicações em depósitos interfinanceiros		
BR Partners Banco de Investimento S.A.	10.607	34
A remuneração do pessoal-chave da administração é pago pelo BR Partners Banco de Investimento S.A.		

12. **Outras informações**
(a) Não há registro de processos judiciais de natureza tributária, cível ou trabalhista na data-base 30 de junho de 2013, cuja possibilidade de perda tenha sido classificada como provável ou possível.
(b) Outras despesas administrativas referem-se:

	2013
Despesas de comunicação	13
Despesas de processamento de dados	72
Despesas com promoções e relações públicas	7
Despesas de publicações	44
Despesas do sistema financeiro	26
Despesas de serviço de terceiros	11
Despesas de serviços técnicos especializados	70
Despesas de transporte	3
Despesas de viagem no país	6
Despesas de depreciação e amortização	29
Multas e encargos financeiros	36
	317

DIRETORIA

Diretor Presidente
Ricardo Fleury Cavalcanti de Albuquerque Lacerda

Diretora Administrativa
Andrea Capelo Pinheiro

Diretor Financeiro
Renato Naigeborin

Diretor Comercial
João Paulo Caram Tucci

Diretor Operacional
Sérgio Carbone

CONTADOR
Hideo Antonio Kawassaki
CRC 1SP 184007/O-5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos
Administradores e Acionistas
BR Partners Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Examinamos as demonstrações financeiras individuais da BR Partners Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Instituição") que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.
Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras
A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.
Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Opinião
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BR Partners Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. em 30 de junho de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.
São Paulo, 28 de agosto de 2013.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Maria José De Mula Cury
Contadora
CRC 1SP192785/O-4

www.brap.com.br